

Convite para apresentação de proposta, para a celebração de contrato de:

“Contrato de prestação de serviços de manutenção dos sistemas informáticos bsGOV, ssdRAFE, srhPLUS, cRhonus e linkRAFE”.

Em cumprimento do disposto no artigo 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do despacho Secretário-Geral Adjunto da Economia exarado a 26 de novembro de 2020, que autoriza a realização da despesa inerente à formação deste contrato ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, convidam-se V. Ex.ªs a apresentar proposta para a aquisição objeto deste procedimento de contratação pública, cujos termos e condições constam do caderno de encargos anexo ao presente convite, onde são indicados todos os elementos que, nos termos legais, terão que ser observados.

1. Objeto do Convite

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção dos sistemas informáticos bsGOV, ssdRAFE, srhPLUS, cRhonus e linkRAFE para a Secretaria-Geral da Economia.

O presente convite é efetuado ao abrigo da subalínea iii) da alínea e) do n.º 1e n.º 4 do artigo 24.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos (CCP), dado que a empresa a convidar é detentora de direitos exclusivos do sistema informático e a única que poderá proceder aos supracitados serviços de manutenção e assistência técnica, incluindo direitos de propriedade intelectual.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Secretaria-Geral da Economia, abreviadamente designada por SGE, sita na Av. da República, 79, 1069-218 Lisboa.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho de 26 de novembro de 2020, exarado na Informação n.º SGE/DSCPP/INF/10000/2020, do Secretário-Geral Adjunto da Economia, no uso de competência delegada, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do despacho n.º 3342/2020, publicado no D.R. n.º 54/2020, Série II, de 17.03.2020, fundamentando a escolha do procedimento de ajuste direto, ao abrigo do disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), dado que a empresa a convidar é detentora de direitos exclusivos do sistema

informático e a única que poderá proceder aos supracitados serviços de manutenção e assistência técnica, incluindo direitos de propriedade intelectual.

4. Caracterização da aquisição

Os serviços a prestar devem ser executados de acordo com as especificações definidas no caderno de encargos do procedimento.

5. Prazo e Modo de apresentação da proposta:

1. A proposta deverá ser apresentada até às 23:59 horas do 6.º dia após disponibilização das peças do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov.
2. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, sita em www.acingov.com, até ao prazo limite indicado no ponto anterior.
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.

6. Prazo de Execução

1. O contrato produz efeitos a 01 de janeiro de 2021 e tem seu término a 31 de dezembro de 2021.
2. O contrato manter-se-á em vigor até ao total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

7. Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços de que constitui objeto do presente procedimento, é fixado em 35 341,77 (trinta e cinco mil trezentos e quarenta e um euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, escalonado da seguinte forma:

- ✓ bsGOV – Balanço Social Consolidado e dos Organismos – 3.484,71€ (três mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e setenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- ✓ ssdRAFE – Sistemas de Suporte à Decisão interligados aos sistemas operacionais da RAFE – 4.722,43€ (quatro mil setecentos e vinte e dois euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- ✓ cRHonus – Gestão de Presenças, Ausências e Férias – 8.872,23€ (oito mil oitocentos e setenta e dois euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - ✓ srhPLUS – Auditoria de remunerações – 1.012,40€ (mil e doze euros e quarenta e cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - ✓ ssdCRHONUS – Sistema de Suporte à Decisão sobre o cRHonus – 3.600€ (três mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - ✓ LinkRafe – Sistema de envio e retorno de ficheiros – 3.750€ (três mil setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - ✓ 300 Horas de Suporte à Exploração – 9.900€ (nove mil novecentos euros);
2. O valor da hora/homem não poderá exceder o limite estabelecido para a presente prestação de serviços, ou seja, o preço unitário máximo de 33,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

8. Documentos da proposta

1. A proposta apresentada pelo concorrente deve ser acompanhada pela declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP, a qual deverá ser elaborada em conformidade com o Anexo I do CCP.
2. Elementos a indicar obrigatoriamente na proposta
 - a) Preenchimento obrigatório da declaração em anexo a este convite com a designação de Anexo III;
 - b) Valor total a pagar pela presente aquisição de serviços com um máximo de duas casas decimais, mediante o preenchimento do Anexo IV- Valores da Proposta;
 - c) Outros elementos que se julguem relevantes para completar a sua proposta.

3. Condições da proposta

- a) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade;
- b) Não são admitidas alterações de cláusulas do caderno de encargos;
- c) Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do número 7 do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos;
- d) As propostas não serão objeto de negociação;
- e) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.

9. Análise e exclusão da proposta

Constituem motivo de exclusão das propostas apresentadas:

- a) Não apresentem os documentos elementos referidos no ponto 8 do presente convite;

- b) Os indicados no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) O não cumprimento do disposto em qualquer das disposições deste convite e caderno de encargos.

10. Dúvidas e Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da funcionalidade existente na referida plataforma eletrónica.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, pela gestora do procedimento, pelo mesmo meio.

11. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir da data limite da apresentação das propostas.

12. Documentos de Habilitação

1. O concorrente deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos via plataforma eletrónica:
 - a) Declaração comprovativa de não ser devedor à Segurança Social;
 - b) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada passada pela Repartição de Finanças;
 - c) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do mesmo código;
 - d) Declaração da Certidão Permanente do Registo Comercial;
 - e) Certidão de registo criminal de pessoa coletiva;
 - f) Certidão de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. Concede-se o prazo de 3 dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP.

13. Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

14. Contrato

- a) O procedimento levará a realização de contrato, que será reduzido a escrito;
- b) Todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

15. Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual e demais legislação aplicável em razão do objeto do contrato a celebrar.

Junta:

- a) Anexo I ao convite – declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Anexo II ao convite – declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- c) Anexo III – Preenchimento Obrigatório;
- d) Anexo IV – Valores da Proposta;
- e) Caderno de Encargos.

Com os melhores cumprimentos,

**SÓNIA RAQUEL
DOS SANTOS
GONÇALVES**

Assinado de forma
digital por SÓNIA
RAQUEL DOS SANTOS
GONÇALVES
Dados: 2020.11.26
14:43:44 Z

ANEXO I

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º, ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS (RGPD)
(Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de
2016)

O concorrente (designação) _____, com o NIPC _____, que apresenta proposta para a Ajuste Direto por critérios Materiais n.º 0172-DGCP-2020 “Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas informáticos bsGOV, ssdRAFE, srhPlus/LinkRafe e cRhonus” declara que se obriga a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do referido Regulamento (UE) 2016/679, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Local, _____ de _____ de 2020.

(Assinatura)

ANEXO IV – Valores da Proposta

Anexo IV- Mapa de Preenchimento Obrigatório			
	Serviços	Valor unitário	Total S/lva
1	bsGOV – Balanço Social Consolidado e dos Organismos		
2	ssdRAFE – Sistemas de Suporte à Decisão interligados aos sistemas operacionais da RAFE		
3	cRHonus – Gestão de Presenças, Ausências e Férias		
4	srhPLUS – Auditoria de remunerações		
5	ssdCRHONUS – Sistema de Suporte à Decisão sobre o cRHonus		
6	LinkRafe - Sistema de envio e retorno de ficheiros		
7	300 Horas de Suporte à Exploração		
	TOTAL S/IVA		
	TOTAL C/IVA		